



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado André Fernandes - PL/CE

À COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2023

(Do Sr. André Fernandes)

Requisita-se ao Excelentíssimo Sr. Ministro da Educação informações sobre o bloqueio de R\$116.000.000 milhões da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Senhora Presidente,

Assentado nos arts. 50 e 58, § 2º, III da Constituição Federal de 1988 combinados com os artigos 24, inc. IV, 115, 116, inc. II, e 117 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requisita-se ao Sr. Camilo Sobreira de Santana, esclarecimentos concernentes ao corte de verbas de forma exorbitante à Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Com base em informações previamente reunidas, há relatos nos veículos de comunicação noticiando que o governo bloqueou R\$116 milhões e pretende reduzir mais R\$128 milhões no ano de 2024. Essas informações foram acessadas em 17 de outubro de 2023, conforme fontes disponíveis:

Governo bloqueia R\$ 116 milhões da Capes em 2023

Órgão ainda terá redução de R\$ 128 milhões no orçamento para 2024

Em conformidade com o explanado, requer-se as informações a seguir:



Câmara dos Deputados | Anexo III - Gabinete 578 | CEP 70160-900 - Brasília/DF
Tels (61) 3215-5578/3578 | dep.andrefernandes@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD235161576400>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. André Fernandes

Apresentação: 24/10/2023 08:39:01.197 - CFFC

REQ n.428/2023





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado André Fernandes - PL/CE

Apresentação: 24/10/2023 08:39:01.197 - CFEC

REQ n.428/2023

- I) Quais foram as razões para o bloqueio de R\$116 milhões da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)?
- II) Quais medidas estão sendo tomadas para minimizar o impacto desse bloqueio nos programas de pesquisa e desenvolvimento?
- III) Existem planos para restabelecer o financiamento para a CAPES tendo em vista um novo corte de R\$128.000.000 milhões previsto para o ano de 2024?
- IV) Como o governo planeja garantir a continuidade das pesquisas e programas atualmente financiados pela CAPES após o alto corte de verbas?
- V) Quais são as estratégias do governo para lidar com a aparente discrepância entre suas prioridades declaradas e suas ações recentes?
- VI) Como o Ministro tem lidado com a organização financeira e orçamentária após o corte de mais de 1.200.000.000 bilhões da educação, existe algum planejamento em andamento?

JUSTIFICAÇÃO

Este pedido visa obter esclarecimentos sobre o bloqueio de R\$116.000.000 Milhões da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, tendo em vista a notável omissão e negligência do governo em distribuir verbas à educação violando os direitos fundamentais postos na Carta Fundamental de 1988¹.

Nesta senda, deve-se observar que o governo não vem tendo a devida responsabilidade fiscal ao destinar verbas às classes mais necessitadas compreende-se que o maior déficit no Brasil é na educação.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado André Fernandes - PL/CE

Apresentação: 24/10/2023 08:39:01.197 - CFFC

REQ n.428/2023

Além disso, o governo federal implementou um bloqueio de recursos que afetou diversas áreas. A Diretoria de Programas e Bolsas sofreu um corte de R\$50 milhões. Os programas voltados para a formação de professores da educação básica foram impactados com a retenção de R\$36 milhões. A DRI (Diretoria de Relações Internacionais) também foi afetada, com um bloqueio de R\$30 milhões em seu orçamento.

Nesse contexto, é crucial ressaltar que o princípio da publicidade é um guia para a Administração Pública, garantindo que os atos administrativos sejam divulgados pelo órgão encarregado da gestão do dinheiro público. Isso impede a ocultação de informações públicas que devem ser disponibilizadas à sociedade e auxilia na desestruturação de práticas escusas nas entidades públicas.

No entanto, em relação às informações solicitadas, é importante frisar que os legisladores têm o direito de solicitar acesso direto às informações ao órgão responsável, seja para interesse individual ou coletivo, sempre em conformidade com as normas estabelecidas, como o Art. 5º, XXXIII e 37º § 1º da Constituição de 1988 e a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), bem como a Lei Complementar nº 131/2009 (Lei da Transparência).

Com base no que foi exposto, solicito ao Ministro da Educação, Sr. Camilo Sobreira de Santana, por meio da presente Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, as supracitadas informações e os devidos esclarecimentos sobre o assunto, que é de extrema relevância para a sociedade.

Sala das Sessões, em de de 2023.

André Fernandes
Deputado Federal – PL/CE

¹ <https://www.poder360.com.br/educacao/governo-bloqueia-r-116-milhoes-da-capes-em-2023/>

